

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelôja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 800 exemplares

Nº 1044

STF refuta Nota Técnica que impedia aprovação do PCS

O STF enviou ofício, assinado pelo presidente Cezar Peluso, para o presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, deputado Claudio Puty, derrubando todos os argumentos expressos na nota técnica nº 12, produzida pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira e datada do dia 17 de junho, que apontava uma série de impedimentos para a aprovação do PL 6.613/09, o PCS.

Entre os diversos pontos abordados, o documento, datado de 4 de julho, discute a suposta falta de previsão expressa de recursos no anexo V da Lei Orçamentária de 2011, lamentando a omissão da nota técnica, que não registrou que a Lei nº 12.381/2011 prevê a possibilidade de abertura de créditos suplementares no corrente exercício para atender a execução do PL 6.613.

Em relação à falta de parecer do CNJ sobre o projeto, o ofício esclarece que uma solicitação idêntica já havia sido feita pela CTASP, no dia 1º de junho de 2010, pelo então presidente da Comissão, deputado Alex Canziani. Naquela ocasião, o presidente do CNJ, Cezar Peluso, respondeu que não havia necessidade desse parecer, pois o CNJ era um dos signatários do projeto. Agora, essa solicitação foi retomada numa clara demonstração que medidas protelatórias estão sendo criadas para impedir a votação do projeto na CFT.

Outro ponto abordado na nota técnica e rebatido pelo STF foi a omissão da estimativa do impacto orçamentário nos dois exercícios posteriores à aprovação do PL. No entanto, o documento explica que isso não é verdade, pois o ofício nº 304/GP informou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o impacto decorrente do PL 6.613 nos exercícios de 2011 e 2012. E agora, "para não deixar dúvida quanto à questão, junta-se ao presente ofício quadro atualizado com o referido impacto para os exercícios de 2012 e 2013".

O documento ainda registra que os valores atualizados

do impacto do PL 6.613 foram incluídos na pré-proposta orçamentária de 2012 de todos os órgãos do Poder Judiciário da União e serão confirmados na proposta orçamentária a ser entregue ao Poder Executivo até o dia 15 de agosto deste ano.

Diante do exposto, Peluso pede celeridade na tramitação do PL 6613, com objetivo de solucionar a defasagem salarial dos servidores do Judiciário em relação aos servidores do Executivo e do Legislativo. **Veja a íntegra do documento na página do Sindicato.**

TEM DINHEIRO, SIM!

É importante mencionar que documento elaborado pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal sobre o controle das despesas de pessoal do serviço público federal mostra claramente que os argumentos do governo sobre não haver dinheiro para aumentar salários, ou que os aumentos colocariam as finanças em risco, são absolutamente vazios de sentido. Em uma nota técnica sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Sindifisco apresenta gráficos e oferece dados que não deixam dúvidas: o Brasil investe muito pouco nos serviços públicos, tem pouco trabalhador atuando nessa área e opera com baixos salários, salvo nos cargos que considera "estratégicos".

A Lei de Responsabilidade Fiscal entrou em vigor no ano de 2000 e tinha como objetivo controlar melhor os gastos do Estado visando dar equilíbrio e transparência às finanças e buscando fazer com que o Estado não gastasse mais do que arrecada. No que diz respeito aos gastos com pessoal, a lei estabelece que não podem passar dos 50%. Segundo o gráfico apresentado pelo Sindifisco, desde que a lei foi criada os gastos com pessoal nunca passaram deste percentual. Pelo contrário, eles foram diminuídos significativamente. Entre 2004 e 2008 alcançaram a média mais baixa, de 32,81%.

CFT adia votação do PCS para setembro e cria comissão para abrir negociações com governo e STF

Ao final da sessão da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira, dia 6, o deputado Cláudio Puty (PT) informou aos mais de 200 servidores presentes que será criada uma comissão para iniciar um processo de negociação efetiva com o Executivo e o STF a respeito do PL 6.613/09, o PCS.

De acordo com o parlamentar, que é presidente da CFT, a decisão foi tomada em reunião realizada na manhã de ontem com a presença dos membros da Comissão de Finanças, inclusive do relator do PCS, deputado Roberto Policarpo (PT-DF). A comissão será formada por um deputado de cada partido e iniciará os trabalhos de imediato, segundo garantiu o parlamentar. Até o meio-dia desta quinta, dia 7, os partidos devem indicar seus representantes para a comissão.

Puty disse que, em função da falta de um acordo referente à previsão orçamentária do Plano, os deputados avaliaram que é preciso debater mais o assunto com o governo federal e o ministro do STF, Cezar Peluso, com o objetivo de encontrar uma saída de ordem financeira. Ele afirmou, ainda, que o papel da CFT é analisar a adequação orçamentária e não o mérito dos projetos. "Não temos interesse em prejudicar os servidores, mas o que queremos é encontrar soluções. Se colocássemos o projeto em votação hoje, ele corria o risco de ser rejeitado", disse Puty, que também informou que irá procurar a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Míriam Belchior, e o presidente do STF, Cezar Peluso, para construir um acordo o mais rápido possível.

O presidente da CFT informou que sua intenção é colocar o PL 6.613/09 na pauta de votação na primeira quinzena de setembro, após o envio ao Congresso Nacional da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012. De acordo com ele, a audiência pública para debater o PCS, que estava prevista para a próxima semana, será realizada até o dia 14 de agosto, segundo definiram os membros da Comissão de Finanças. "Os servidores do Judiciário Federal em todo o país têm consciência do momento que estão passando, de que não houve negociação até agora e de que não há acordo orçamentário, por isso estão mobilizados aqui no DF e em vários estados. Esperamos que os deputados façam o diálogo necessário com o Executivo e o STF. E que essa comissão não inicie os trabalhos somente em agosto, mas de imediato, para que encontre uma saída positiva para o reajuste dos servidores", ressaltou Policarpo, cujo nome já está garantido na comissão por ser o relator do PL 6.613/09.

Antes de encerrar a sessão, o presidente da CFT confirmou também que recebeu o ofício do presidente do STF rebatendo todos os argumentos expressos na nota técnica nº 12, produzida pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira no dia 17 de junho, que apontava uma série de impedimentos à aprovação do PL 6.613/09.

A Diretoria Executiva da Fenajufe reuniu-se ontem em Brasília para avaliar o resultado da sessão da CFT e definir as próximas ações a serem feitas. *Da Fenajufe*

Quadro de Greve pela aprovação dos PCSs

A Greve nacional em defesa dos PLs 6.613/09 e 6.697/09 (Judiciário e MPU) conta com a adesão dos servidores do Espírito Santo, Distrito Federal, Bahia, Mato Grosso, Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Rio Grande do Sul, Goiás, da Justiça do Trabalho da 15ª

Região/SP e Rio de Janeiro. Em outros estados, a categoria realiza paralisação de 24 horas ou paralisações parciais, além atos públicos e mobilizações nos locais de trabalho. As informações foram atualizadas no dia 5 de julho. *Da Fenajufe*